

Obter bolsa de pesquisa no exterior

O que é?

Concessão de bolsas de pesquisa no exterior com apoio da CAPES nas modalidades Pesquisador Sênior e Pós-Doutorado.

Quem pode utilizar este serviço?

Doutores com ou sem vínculo empregatício com instituições de Ensino Superior ou Institutos de Pesquisa brasileiros.

Etapas para a realização deste serviço

Etapa 1 - Pleitear a bolsa

O(a)s interessado(a)s deverão consultar o site da CAPES, na [página](#) do edital de interesse

Documentação

Prevista em edital.

Canais de prestação

cce@capes.gov.br

Tempo de duração da etapa

Entre 90 e 120 dias corridos

Este serviço é gratuito para o cidadão.

Para mais informações ou dúvidas sobre este serviço, entre em contato

cce@capes.gov.br

Etapa 2 - Cadastrar-se como bolsista

Documentação

Documentação em comum para todos os casos

Carteira de identidade.

Comprovante de endereço/residência.

CPF.

Cadastrar no [Sistema de Controle de Bolsas e Auxílios](#).

Termo de Outorga e Aceite de Bolsa.

Demais documentos previstos em edital.

Canais de prestação

Acesse o [Sistema de Controle de Bolsas e Auxílios](#).

Tempo de duração da etapa

Será previsto em edital

Para mais informações ou dúvidas sobre este serviço, entre em contato

*Central de Atendimento

0800 616161 - opção 7 - para assuntos da CAPES.

Segunda a sexta das 8h às 20h

[Mais informações](#)

* [Formulário Fale Conosco](#)

Informações adicionais ao tempo de validade

As bolsas de Pós-doutorado e Pesquisador Visitante Sênior tem sua duração prevista em edital.

Tratamento a ser dispensado ao usuário no atendimento

O usuário deverá receber, conforme os princípios expressos na Lei nº 13.460, de 2017 um atendimento pautado nas seguintes diretrizes:

- Urbanidade;
- Respeito;
- Acessibilidade;
- Cortesia;
- Presunção da boa-fé do usuário;
- Igualdade;
- Eficiência;
- Segurança;
- Ética.

Informações sobre as condições de acessibilidade, sinalização, limpeza e conforto dos locais de atendimento

O usuário do serviço público, conforme estabelecido pela Lei nº 13.460, de 2017 tem direito a atendimento presencial, quando necessário, em instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento.

Informação sobre quem tem direito a tratamento prioritário

Tem direito a atendimento prioritário as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos, conforme estabelecido pela Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000.